

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS - 2020

JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2)

Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ)

Seção Judiciária do Espírito Santo (SJES)

Informações gerais

As demonstrações contábeis das Unidades Gestoras da Justiça Federal da 2ª Região (JF2) foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, Decreto nº 93.872/1986, Lei Complementar nº 101/2000. Baseiam-se também nas disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e nas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC-TSP), editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. São compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP)
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)
- III. Balanço Orçamentário (BO)
- IV. Balanço Financeiro (BF)
- V. Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)
- VI. Notas Explicativas

Lista das Unidades Gestoras da JF2:

090028 – Tribunal Regional Federal 2ª Região – Executora
090054 - Tribunal Regional Federal 2ª Região – Escola de Magistratura Regional Federal
090034 - Tribunal Regional Federal 2ª Região – Orçamentária
090048 - Tribunal Regional Federal 2ª Região – Pagamento de Precatórios e Requisitórios de Pequeno Valor - RPVs
090016 – Seção Judiciária do Rio de Janeiro - Executora
090014 – Seção Judiciária do Espírito Santo - Executora

Ressalte-se que a JF2 não representa um órgão para efeito do sistema SIAFI e, portanto, as suas demonstrações contábeis refletem o agrupamento das respectivas unidades gestoras, as quais integram, juntamente com as demais regiões, as demonstrações consolidadas da Justiça Federal, sob a jurisdição administrativa do Conselho de Justiça Federal (CJF).

O CJF é o órgão central das atividades sistêmicas da Justiça Federal, cabendo-lhe a supervisão administrativa e orçamentária, com poderes correccionais, cujas decisões (administrativas) possuem caráter vinculante, e são de observância obrigatória por todas as unidades da Justiça Federal,

conforme estabelece o art. 105, parágrafo único, inc. II, da Constituição Federal e no art. 3º da Lei n. 11.798/2008.

As demonstrações contábeis da JF2 são influenciadas pela forma como se encontra estruturada a movimentação orçamentária e financeira dentro da Justiça Federal.

Possuem dotação consignada na lei orçamentária anual (LOA) cada um dos cinco tribunais regionais federais, porém a dotação da JF de 1º Grau, ou seja, das seções judiciárias, é consignada em conjunto com o orçamento do CJF.

Os recursos orçamentários do CJF e do TRF2 são recebidos diretamente da União com base na LOA, sendo consignados nas próprias unidades.

Porém, os recursos orçamentários da JF de 1º Grau são repassados pelo CJF ao TRF2, que provisiona tais recursos para posterior transferência à SJRJ e SJES.

Os recursos financeiros seguem um fluxo diferente, pois tanto os recursos dos tribunais quanto os das seções judiciárias são centralizados no CJF. Conforme programação financeira, os recursos são transferidos aos tribunais que, por sua vez, repassam parte desses recursos para as respectivas seções judiciárias.

Balço Patrimonial

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	NE	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE	4	61.700.351,91	97.640.077,48	PASSIVO CIRCULANTE	7	205.626.530,41	145.138.639,94
Caixa e Equivalentes de Caixa		48.575.958,60	27.398.996,42	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		173.543.077,30	127.922.783,91
Créditos a Curto Prazo		6.630.550,82	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		136.557,80	646.233,95
Demais Créditos e Valores		6.630.550,82	-	Demais Obrigações a Curto Prazo		31.946.895,31	16.569.622,08
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo *			64.409.457,12				
Estoques		6.278.770,30	5.602.246,28				
VPDs Pagas Antecipadamente		215.072,19	229.377,66				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		764.740.056,09	781.754.617,79	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo		2.242,70	3.051,48	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		205.626.530,41	145.138.639,94
Créditos a Longo Prazo		2.242,70	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Demais Créditos e Valores		2.242,70	-	ESPECIFICAÇÃO		2020	2019
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo			3.051,48				
Imobilizado	5	739.688.471,67	749.535.778,06	Resultados Acumulados		620.813.877,59	734.256.055,33
Bens Móveis		92.838.372,19	97.802.361,19	Resultado do Exercício		-75.688.064,32	54.429.171,76
Bens Imóveis		646.850.099,48	651.733.416,87	Resultados de Exercícios Anteriores		734.256.055,33	678.540.493,11
Intangível	6	25.049.341,72	32.215.788,25	Ajustes de Exercícios Anteriores		-37.754.113,42	1.286.390,46
Softwares		25.041.611,72	32.208.058,25	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		620.813.877,59	734.256.055,33
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		7.730,00	7.730,00				
TOTAL DO ATIVO		826.440.408,00	879.394.695,27	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		826.440.408,00	879.394.695,27

Nota: *A partir de 2020, os itens "Demais Créditos e Valores a Curto Prazo" e "Demais Créditos e Valores a Longo Prazo" passaram a ser somados, respectivamente, a "Créditos a Curto Prazo" e "Créditos a Longo Prazo", passando a ser considerados detalhamentos desses itens.

Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

	2020	2019
Ativo Financeiro	48.575.958,60	27.398.996,42
Ativo Permanente	777.864.449,40	851.995.698,85
Passivo Financeiro	188.491.027,62	81.191.839,90
Passivo Permanente	47.350.914,07	87.373.113,65
Saldo Patrimonial	590.598.466,31	710.829.741,72

Quadro de Compensações

	2020	2019
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	32.323.926,99	30.991.801,75
Garantias e Contragarantias Recebidas	27.344.364,99	26.012.239,75
Direitos Contratuais	4.979.562,00	4.979.562,00
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	375.452.031,82	469.577.276,31
Obrigações Contratuais	375.452.031,82	469.577.276,31

Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	(36.047.576,31)
Recursos Vinculados	(103.867.492,71)
Seguridade Social (Exceto Previdência)	(95.523.941,88)
Dívida Pública	(8.343.555,86)
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	5,03
TOTAL das Fontes de Recursos	(139.915.069,02)

Demonstração das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2020	2019
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		11.926.393.827,87	10.287.429.637,31
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		18.918.837,23	19.154.873,61
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		307.365,19	316.925,84
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		59.871,86	3.450,38
Transferências e Delegações Recebidas		11.568.025.370,79	9.832.271.058,45
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		145.129.012,05	153.280.215,14
Reavaliação de Ativos		136.173.313,44	46.636.584,15
Ganhos com Incorporação de Ativos		73.985,00	76.204.037,30
Ganhos com Desincorporação de Passivos		8.881.713,61	30.439.593,69
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		193.953.370,75	282.403.113,89
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		12.002.081.892,19	10.233.000.465,55
Pessoal e Encargos		1.488.707.578,84	1.540.753.058,13
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		380.295.231,74	351.385.526,54
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		143.111.601,27	191.396.669,76
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		127.527,34	426.513,32
Transferências e Delegações Concedidas		6.013.771.949,76	5.222.690.103,14
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	8	3.973.759.239,63	2.923.357.027,07
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		98.886.708,85	2.565.793,16
Perdas Involuntárias		10.012,19	15.502,48
Incorporação de Passivos		3.857.649.046,41	2.911.007.351,42
Desincorporação de Ativos		17.213.472,18	9.768.380,01
Tributárias		2.029.791,38	2.625.989,73
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		278.972,23	365.577,86
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	9	-75.688.064,32	54.429.171,76

Balço Orçamentário

RECEITA							
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
RECEITAS CORRENTES		-	-	-	-		
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	-	-		
SUBTOTAL DE RECEITAS		-	-	-	-		
DEFICIT				5.877.915.431,77	5.877.915.431,77		
TOTAL		-	-	5.877.915.431,77	5.877.915.431,77		
DESPEZA							
DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPEAS CORRENTES		499.308.107,00	499.362.458,00	5.824.304.903,80	5.683.282.623,89	5.683.274.524,11	-5.324.942.445,80
Pessoal e Encargos Sociais		422.250.000,00	440.208.351,00	2.633.033.271,01	2.603.418.028,77	2.603.418.028,77	-2.192.824.920,01
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		77.058.107,00	59.154.107,00	3.191.271.632,79	3.079.864.595,12	3.079.856.495,34	-3.132.117.525,79
DESPEAS DE CAPITAL		6.360.000,00	17.550.000,00	53.610.527,97	37.419.113,80	37.398.724,00	-36.060.527,97
Investimentos		6.360.000,00	17.550.000,00	31.336.882,60	15.695.817,99	15.675.428,19	-13.786.882,60
Inversões Financeiras		-	-	22.273.645,37	21.723.295,81	21.723.295,81	-22.273.645,37
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		394.248,00	-	-	-	-	-
TOTAL	10	506.062.355,00	516.912.458,00	5.877.915.431,77	5.720.701.737,69	5.720.673.248,11	-5.361.002.973,77

Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.231.037,65	60.071.635,81	48.130.162,27	48.130.162,27	12.850.783,88	321.727,31
Pessoal e Encargos Sociais	730.942,36	31.098.556,79	22.120.751,48	22.120.751,48	9.668.070,61	40.677,06
Outras Despesas Correntes	500.095,29	28.973.079,02	26.009.410,79	26.009.410,79	3.182.713,27	281.050,25
DESPESAS DE CAPITAL	714.869,79	5.308.118,81	3.669.616,62	3.666.679,62	945.320,85	1.410.988,13
Investimentos	714.869,79	4.937.563,47	3.669.616,62	3.666.679,62	574.765,51	1.410.988,13
Inversões Financeiras	-	370.555,34	-	-	370.555,34	-
TOTAL	1.945.907,44	65.379.754,62	51.799.778,89	51.796.841,89	13.796.104,73	1.732.715,44

Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	13.000,43	88.813,45	18.864,94	202,99	82.745,95
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	13.000,43	88.813,45	18.864,94	202,99	82.745,95
DESPESAS DE CAPITAL	-	39.212,25	39.212,25	-	-
Investimentos	-	39.212,25	39.212,25	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
TOTAL	13.000,43	128.025,70	58.077,19	202,99	82.745,95

Balço Financeiro

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	NE	2020	2019
Receitas Orçamentárias		-	-	Despesas Orçamentárias		5.877.915.431,77	4.926.444.064,81
Ordinárias		-	-	Ordinárias		1.860.689.223,77	3.740.835.503,46
Vinculadas		-	-	Vinculadas		4.017.226.208,00	1.185.608.561,35
Previdência Social (RPPS)		-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)		552.712.000,83	888.261.727,41
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-	-	Previdência Social (RPPS)		335.600.000,00	287.500.000,00
				Dívida Pública	11	3.107.412.629,28	
				Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		21.501.577,89	9.846.833,94
Transferências Financeiras Recebidas	12	11.567.622.127,63	9.821.881.085,32	Transferências Financeiras Concedidas	12	6.002.380.661,01	5.220.773.134,21
Resultantes da Execução Orçamentária		11.478.616.757,80	9.731.739.822,52	Resultantes da Execução Orçamentária		5.743.300.077,04	4.872.514.334,19
Sub-repasse Recebido		11.478.616.757,80	9.731.739.822,52	Sub-repasse Concedido		5.743.300.077,04	4.872.514.334,19
Independentes da Execução Orçamentária		89.005.369,83	90.141.262,80	Independentes da Execução Orçamentária		259.080.583,97	348.258.800,02
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		85.424.678,06	86.578.404,35	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		42.714.511,82	43.265.147,24
Demais Transferências Recebidas		2.308.577,18	1.745.859,70	Demais Transferências Concedidas		1.156.090,93	877.438,44
Movimentação de Saldos Patrimoniais		1.272.114,59	1.816.998,75	Movimento de Saldos Patrimoniais		215.209.981,22	304.116.214,34
		453.591.279,07	449.432.342,94	Pagamentos Extraorçamentários		119.740.351,74	130.706.604,43
Recebimentos Extraorçamentários		453.591.279,07	449.432.342,94	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		58.077,19	350.563,97
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		28.489,58	104.447,36	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		51.796.841,89	57.058.304,67
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		157.213.694,08	65.379.754,62	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		67.868.028,92	73.297.735,79
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		83.572.051,31	72.188.072,32	Outros Pagamentos Extraorçamentários		17.403,74	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários		212.777.044,10	311.760.068,64	Demais Pagamentos		17.403,74	
Arrecadação de Outra Unidade		212.777.044,10	311.643.582,57				
Demais Recebimentos			116.486,07				
Saldo do Exercício Anterior		27.398.996,42	34.009.371,61	Saldo para o Exercício Seguinte		48.575.958,60	27.398.996,42
Caixa e Equivalentes de Caixa		27.398.996,42	34.009.371,61	Caixa e Equivalentes de Caixa		48.575.958,60	27.398.996,42
TOTAL		12.048.612.403,12	10.305.322.799,87	TOTAL		12.048.612.403,12	10.305.322.799,87

Demonstração de Fluxo de Caixa

		2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NE	62.281.578,05	266.633.303,36
INGRESSOS		11.863.971.223,04	10.205.829.226,28
Outros Ingressos Operacionais		11.863.971.223,04	10.205.829.226,28
Ingressos Extraorçamentários		83.572.051,31	72.188.072,32
Transferências Financeiras Recebidas		11.567.622.127,63	9.821.881.085,32
Arrecadação de Outra Unidade		212.777.044,10	311.643.582,57
Demais Recebimentos			116.486,07
DESEMBOLSOS		-11.801.689.644,99	-9.939.195.922,92
Pessoal e Demais Despesas		-5.471.098.926,30	-4.435.450.714,02
Judiciário		-1.356.412.416,06	-1.414.286.980,04
Previdência Social		-375.759.266,46	-346.217.319,93
Encargos Especiais		-3.738.927.243,78	-2.674.946.414,05
Transferências Concedidas		-260.324.625,02	-209.674.338,90
Intragovernamentais		-260.324.625,02	-209.674.338,90
Outros Desembolsos Operacionais		-6.070.266.093,67	-5.294.070.870,00
Dispêndios Extraorçamentários		-67.868.028,92	-73.297.735,79
Transferências Financeiras Concedidas		-6.002.380.661,01	-5.220.773.134,21
Demais Pagamentos		-17.403,74	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-41.104.615,87	-273.243.678,55
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS		-41.104.615,87	-273.243.678,55
Aquisição de Ativo Não Circulante		-18.411.377,38	-36.523.314,26
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		-22.693.238,49	-236.720.364,29
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13	21.176.962,18	-6.610.375,19
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		27.398.996,42	34.009.371,61
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		48.575.958,60	27.398.996,42

NOTAS EXPLICATIVAS

1 – Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

O Ativo e o Passivo são mensurados pelo custo histórico, ou seja pelo valor de entrada.

As obrigações que trazem em seu bojo regras específicas de atualização monetária, tais como precatórios (RPVs) e passivos de pessoal, sofrem os ajustes pertinentes.

As saídas de estoque são registradas pelo custo médio ponderado.

O Ativo Imobilizado é mensurado pelo valor de aquisição/construção, após o que fica sujeito à depreciação ou amortização durante o período de sua vida útil. No âmbito da JF2, foi adotado o método de quotas constantes/linear e a tabela indicada no Manual SIAFI, [macrofunção 02.03.30](#), para definição do tempo de vida útil e do valor residual, à exceção dos imóveis que possuem regras próprias.

O ativo intangível, quase totalmente composto de *softwares*, tem a sua amortização registrada mensalmente, exceto pela SJRJ, cujo registro será iniciado em janeiro/2021, devido à recente individualização dos softwares e definição da vida útil (JFRJ-ADM-2019/0043).

Os valores dos bens imóveis de uso especial da União são atualizados a cada ano, no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, considerando as características dos imóveis e preços unitários regionais, nos termos do art. 4º, I, da Portaria STN/SPU n 03, de 10 de dezembro de 2014.

Em 2021, será realizada reavaliação dos bens imóveis da 2ª Região, por meio de laudo, nos termos do art. 6º, da Portaria Conjunta SPU/STN 703/2014.

A depreciação dos bens imóveis cadastrados no SPIUnet é realizada mensalmente pela Secretaria do Tesouro Nacional, de acordo com dados gerados automaticamente pelo sistema segundo o Método da Parábola de Kuentzle, e informados pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

A vida útil é definida com base em parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis.

Segundo informado no Balanço Geral da União (BGU), 2º trimestre 2020, encontra-se em desenvolvimento na SPU um novo sistema que será utilizado no controle dos bens imóveis sob sua supervisão. O atual sistema, o SPIUnet, não foi criado com módulos que permitam o histórico de fluxos relacionados a Depreciação, Amortização, Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável.

A lógica utilizada no SPIUnet é de estoque, o que pode ocasionar variação dos valores apurados, em especial da depreciação, pois quaisquer alterações nos parâmetros utilizados no cálculo implicam novos valores de mensuração, de acordo com a metodologia adotada.

2 - Pagamento de Precatórios e RPVs

Precatórios e Requisições de Pequeno Valor - RPVs são requisições de pagamento expedidas pelo Judiciário para cobrar de municípios, estados ou da União, assim como de autarquias e fundações, o

pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva, nos processos judiciais de competência da Justiça Federal e no exercício da competência federal delegada.

Compete ao presidente do respectivo tribunal receber e aferir a regularidade formal dos ofícios requisitórios, apresentados pelos juízos vinculados à sua jurisdição, bem como assegurar a obediência à ordem cronológica (de apresentação dos precatórios) e à de preferência com vistas à autorização do pagamento dos créditos, nos termos preconizados na Constituição Federal e em resolução do CJF.

Considera-se Requisição de Pequeno Valor - RPV aquela relativa a crédito cujo valor atualizado, por beneficiário, seja igual ou inferior a: I - sessenta salários mínimos, se a devedora for a Fazenda federal; II - quarenta salários mínimos ou o valor estipulado pela legislação local, se a devedora for a Fazenda estadual ou a Fazenda distrital; III - trinta salários mínimos ou o valor estipulado pela legislação local, se a devedora for a Fazenda municipal.

Com o advento da Lei nº 13.463/2017, os precatórios e as RPVs federais expedidos, cujos valores não tenham sido levantados pelo credor e estejam depositados há mais de dois anos em instituição financeira oficial, devem ser cancelados e ter o seus valores transferidos para a Conta Única do Tesouro Nacional. O cancelamento deve ser operacionalizado mensalmente pela instituição financeira, após o que poderá ser emitido novo ofício requisitório, a requerimento do credor.

Os valores decorrentes do pagamento de precatórios e RPVs representam uma parte significativa do montante de recursos movimentado pela JF da 2ª Região.

Até 2018, todo esse passivo era registrado na Justiça Federal, porém, a partir de 2019, foi alterada a forma de contabilização dos precatórios e RPVs, para que as obrigações das entidades devedoras sejam refletidas em seu próprio patrimônio, em atendimento ao Acórdão nº 2455/2017 – TCU - Plenário. O novo procedimento foi detalhado por meio da Nota Técnica SPO/CJF nº 002/2018, posteriormente substituída pela Nota Técnica SPO/CJF nº 001/2019.

3 – Mudança nas Práticas e Procedimentos Contábeis

Em 2020, houve o advento do item 9, Procedimentos específicos para provisões e passivos contingentes decorrentes de demandas judiciais, no Manual SIAFI, [macrofunção 02.03.36](#), segundo a qual os valores cancelados em razão do disposto no art. 2º da Lei nº 13.463/2017, deverão inicialmente ser registrados como **passivos contingentes**.

Devido à possibilidade de ser expedido novo ofício requisitório do precatório ou RPV cancelado, desde que requerido pelo credor, conforme prevê o art. 3º da mesma lei, foi determinado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) o reconhecimento, no passivo da União, do montante considerado provável a ser requisitado, ou seja, um montante em que seja provável a saída de recursos para pagamento dos precatórios cancelados. Devido à incerteza de prazo e valor, o reconhecimento se dará por meio de **provisões**.

Assim, considerando que parte deles vem sendo reincluída e paga ano a ano, é possível estimar o valor que se espera seja reincluído e pago nos próximos 12 meses, para fins de reconhecimento das provisões correspondentes.

Embora esteja previsto na referida macrofunção que os registros contábeis devam ser executados pelo Conselho da Justiça Federal (CJF), os respectivos valores foram informados ao TRF2 pelo Conselho, para fins de lançamento, que se encontra detalhado no item Outras Informações.

Nas tabelas a seguir:

“AH” significa Análise Horizontal, que demonstra a variação percentual entre um ano e outro.

“AV” significa Análise Vertical, que demonstra a representatividade do item em relação ao total da respectiva demonstração contábil.

4) BP – Ativo Circulante

Os ativos devem ser classificados como circulante quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

- a. Estiverem disponíveis para realização imediata; e
- b. Tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Tabela 1 – Ativo Circulante

	2020	2019	AH	AV
Caixa e Equivalentes de Caixa	48.575.958,60	27.398.996,42	77%	6%
Bancos - Caixa Econômica Federal	356.329,94	405.535,74	-12%	0%
Limite de saque com vinc. Pagamento	48.219.628,66	26.993.460,68	79%	6%
Créditos a Curto Prazo	6.630.550,82	64.409.457,12	-90%	1%
Adiantamentos concedidos a pessoal	4.665.551,53	62.707.939,63	-93%	1%
Outros créditos e valores a receber CP	0,00	2.551,22	-100%	0%
Créditos a rec. infração legal/contratual	1.964.999,29	1.698.966,27	16%	0%
Estoques	6.278.770,30	5.602.246,28	12%	1%
Materiais de consumo	6.278.770,30	5.602.246,28	12%	1%
VPDs Pagas Antecipadamente	215.072,19	229.377,66	-6%	0%
Assinaturas, anuidades e seguro a apropriar	215.072,19	229.377,66	-6%	0%
Total	61.700.351,91	97.640.077,48	-37%	7%

Fonte: SIAFI

A conta Limite de saque com vinculação de pagamento é o principal componente do item “Caixa e Equivalentes de Caixa” e representa 6% do total do Ativo. São os recursos financeiros liberados pelo Tesouro Nacional e disponíveis para pagamento das diversas despesas da unidade.

Conforme demonstrado a seguir, essa conta vem discriminada por fonte de recursos, que por sua vez podem ser ordinários (00) ou vinculados (demais códigos).

Tabela 2 – Limite de saque com vinculação de pagamento

Cod.	Fonte de Recursos	2020	2019	AH	AV
00	RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	17.699.164,46	13.269.463,28	33%	2%
27	CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO	1.240.055,17	0,00	100%	0%
44	TITULOS DE RESPONSABILID.DO TESOIRO NACIONAL	3.911,90	0,00	100%	0%
53	REC.DEST.AS ATIVIDADES-FINS SEGURIDADE SOCIAL	200.760,19	17.844,12	1025%	0%
81	RECURSOS DE CONVENIOS	8.142,78	391.787,31	-98%	0%
90	RECURSOS DIVERSOS	29.067.594,16	13.314.365,97	118%	4%
TOTAL		48.219.628,66	26.993.460,68	79%	6%

Fonte: SIAFI

5) BP – Ativo Imobilizado – Bens Móveis e Imóveis

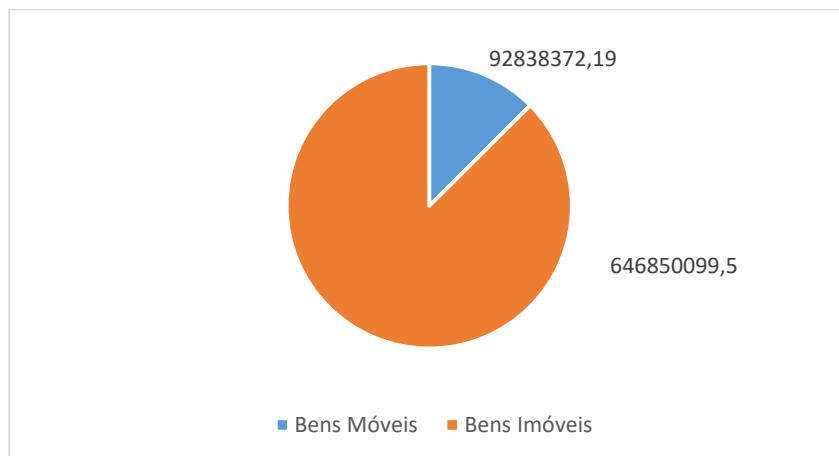
O Ativo Imobilizado representa 90% do Ativo e está segregado em Bens Móveis e Bens Imóveis, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 3 – Imobilizado

	2020	2019	AH	AV
Bens Móveis (I)	92.838.372,19	97.802.361,19	-5%	11%
Valor Bruto Contábil	206.665.793,33	198.394.246,51	4%	25%
Depreciação/amortização acumulada	(113.827.421,14)	(100.591.885,32)	13%	-14%
Bens Imóveis (II)	646.850.099,48	651.733.416,87	-1%	78%
Valor Bruto Contábil	650.992.172,17	655.730.089,17	-1%	79%
Depreciação/amortização acumulada	(4.142.072,69)	(3.996.672,30)	4%	-1%
Total Líquido (I+II)	739.688.471,67	749.535.778,06	-1%	90%

Fonte: SIAFI

Figura 1 – Imobilizado



Fonte: SIAFI

Em 31/12/2020, o valor líquido contábil dos **Bens Móveis** da JF - 2ª Região foi de R\$ 92.838.372,19, conforme detalhamento apresentado na tabela abaixo.

Tabela 4 – Bens Móveis

	2020	2019	AH	AV
Equip. Tecnologia da Informação e Comunicação / TIC	128.994.823,73	119.032.213,90	8%	16%
Mobiliário em geral	24.085.323,39	21.368.168,06	13%	3%
Veículos de tração mecânica	13.153.705,08	12.959.846,02	1%	2%
Estoque interno	11.124.347,46	16.839.962,50	-34%	1%
Equipamento de proteção, segurança e socorro	5.287.040,19	4.769.984,12	11%	1%
Aparelhos e utensílios domésticos	3.720.785,15	3.630.959,06	2%	0%
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	3.621.740,54	3.618.139,70	0%	0%
Aparelhos e equipamentos de comunicação	3.477.268,29	3.563.672,51	-2%	0%
Máquinas e equipamentos energéticos	3.190.581,55	2.791.845,76	14%	0%
Peças não incorporáveis a imóveis	2.980.441,89	2.817.879,11	6%	0%
Máquinas e equipamentos gráficos	1.662.072,93	1.686.806,09	-1%	0%
Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	1.600.850,58	1.619.834,41	-1%	0%
Coleções e materiais bibliográficos	1.249.238,97	1.252.830,77	0%	0%
Equipam/utensílios médicos,odonto,lab e hosp	528.162,19	507.684,46	4%	0%
Material de uso duradouro	442.711,76	398.302,98	11%	0%
Máquinas e utensílios de escritório	401.867,59	470.409,47	-15%	0%
Bens não localizados	298.263,93	180.389,91	65%	0%
Equipamentos hidráulicos e elétricos	236.008,72	236.008,72	0%	0%
Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	203.016,06	206.500,93	-2%	0%
Aparelhos de medição e orientação	192.431,42	181.609,88	6%	0%
Utensílios em geral	85.750,00	85.750,00	0%	0%
Armamentos	49.502,26	4.657,02	963%	0%
Obras de arte e peças para exposição	35.566,95	35.571,95	0%	0%
Veículos em geral	20.071,50	28.122,50	-29%	0%
Equipamentos, peças e acessórios p/automóveis	12.358,67	13.116,47	-6%	0%
Instrumentos musicais e artísticos	10.000,00	10.000,00	0%	0%
Outros bens móveis	1.617,72	1.617,72	0%	0%
Aparelho e equipamento p/esportes e diversões	150,04	150,04	0%	0%
Discotecas e filmotecas	94,77	94,77	0%	0%
Bens em poder de outra unidade ou terceiros		77.844,07	-100%	0%
Bens móveis em trânsito		4.273,61	-100%	0%
Total Bruto	206.665.793,33	198.394.246,51	4%	25%
Depreciação acumulada	(113.827.421,14)	(100.591.885,32)	13%	-14%
Total Líquido	92.838.372,19	97.802.361,19	-5%	11%

Fonte: SIAFI

O valor líquido contábil dos **Bens Imóveis** da JF - 2ª Região totalizou R\$ 646.850.099,48, em 31/12/2020.

Tabela 5 – Bens Imóveis

	2020	2019	AH	AV
Imóveis de uso especial	635.699.182,14	609.114.026,50	4%	77%
Imóveis em andamento	5.424.395,55	16.244.320,84	-67%	1%
Instalações	9.595.438,28	29.989.410,97	-68%	1%
Benfeitorias em prop.de terceiros	273.156,20	382.330,86	-29%	0%
Total Bruto	650.992.172,17	655.730.089,17	-1%	79%
Depreciação/amortização acumulada	(4.142.072,69)	(3.996.672,30)	4%	-1%
Total Líquido	646.850.099,48	651.733.416,87	-1%	78%

Fonte: SIAFI

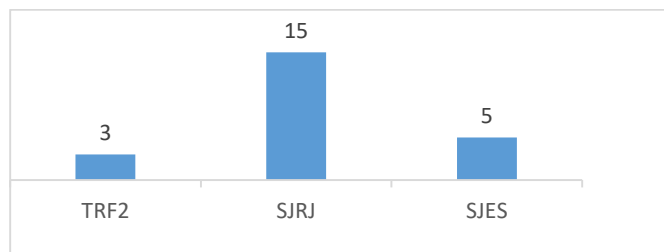
A JF - 2ª Região conta com 23 **Imóveis de Uso Especial** registrados no Spiunet e no SIAFI, cujo valor variou conforme demonstrado a seguir.

Tabela 6 – Bens Imóveis de Uso Especial

	Saldo em 31/12/2019	Atualização no Spiu-net	Transferências / Baixas	Saldo em 31/12/2020	Depreciação acumulada
Edifícios (17)	578.922.976,95	35.762.041,60	(10.195.389,09)	600.489.800,89	(3.997.049,32)
Terrenos/Glebas (4)	5.325.487,67	165.421,39	(175.263,50)	9.315.474,13	
Armazens/Galpões (2)	24.865.561,88	1.028.345,24		25.893.907,12	(72.408,34)
Total	609.114.026,50	36.955.808,23	(10.370.652,59)	635.699.182,14	(4.069.457,66)

Fonte: SIAFI

Figura 2 – Distribuição do quantitativo de imóveis de uso especial



Fonte: SIAFI

Em 2020, ocorreram baixas de 3 (três) imóveis da 2ª Região, sendo um Terreno da SJRJ e dois Edifícios da SJES.

Houve a reversão do terreno de Volta Redonda/SJRJ, ao patrimônio da União, bem como dos imóveis localizados em Cidade Alta/Vitória, que anteriormente abrigaram a sede da SJES, e mantinham parcialmente seus espaços ocupados com o arquivo e depósito judicial, os quais foram transferidos para a sede atual.

Os **Imóveis em Andamento**, quais sejam as Obras em Andamento e os Estudos e Projetos, possuem a seguinte composição:

Tabela 7 – Imóveis em andamento

Unidade	Obras	Saldo em 31/12/2020
SJES	Reforma e reparos na área de custódia e videoconferência. Realização de adequações de acessibilidade nas calçadas da subseção de São Mateus	84.555,51
SJES	Adequações de acessibilidade nas calçadas da SEDE da SJES	22.162,13
SJRJ	Reforma anexos I e II, Sede – Av. Rio Branco	2.068.771,31
SJRJ	Reforma do Forum Marilena Franco	415.759,55
SJRJ	Projetos sistema climatização – Forum Marilena Franco	100.704,00
TRF2	Recuperação predial e adequações físicas em 06 (seis) andares, corredor de acesso ao Plenário e hall de entrada do prédio do TRF2	2.691.745,05
TRF2	Fornecimento e instalação de parede de gesso acartonado tipo Drywall para o prédio do TRF2	40.698,00
Total		5.424.395,55

Fonte: SIAFI e setoriais contábeis das UGs

Os saldos das contas de Instalações e dos Imóveis em Andamento foram reduzidos em 68% e 67%, respectivamente, em grande parte devido a um saneamento dessas contas ocorrido no TRF2 e na SJRJ, em 2020. Parte do saneamento veio de uma revisão das obras em andamento e outra parte foi decorrente de auditoria interna, que resultou em Ajustes de Exercícios Anteriores para menos, no total de R\$ 22.149.817,47, conforme tabela a seguir.

Tabela 8 – Movimentação das contas

	Saldo em 31/12/2019	Entradas	VPD	Ajustes de exercícios anteriores	Saldo em 31/12/2020
Imóveis em andamento	16.244.320,84	5.017.894,61	(10.484.529,03)	(5.353.290,87)	5.424.395,55
Instalações	29.989.410,97	2.270.511,10	(5.867.957,19)	(16.796.526,60)	9.595.438,28
Total	46.233.731,81	7.288.405,71	(16.352.486,22)	(22.149.817,47)	15.019.833,83

Fonte: SIAFI

Na tabela acima, as Entradas representam novas obras, e foram alocadas em Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) e Ajustes de Exercícios Anteriores as baixas decorrentes de obras concluídas.

6) BP - Ativo Intangível

O ativo intangível é composto em sua quase totalidade de softwares, sendo a maioria com vida útil definida.

Em 2020, a SJRJ promoveu a individualização dos softwares no SIAFI, mas a sua amortização será registrada somente a partir de 2021.

Tabela 9 – Bens Intangíveis

	2020	2019	AH	AV
Softwares - vida útil definida	42.388.710,72	42.893.696,76	-1%	5%
Softwares - vida útil indefinida	47.231,00	13.525,00	249%	0%
Direitos autorais	7.730,00	7.730,00	0%	0%
Total Bruto	42.443.671,72	42.914.951,76	-1%	5%
Depreciação/amortização acumulada	(16.779.256,10)	(10.084.089,61)	66%	-2%
Redução ao valor recuperável	(615.073,90)	(615.073,90)	0%	0%
Total Líquido	25.049.341,72	32.215.788,25	-22%	3%

Fonte: SIAFI

7) BP – Passivo Circulante

Os passivos são classificados como circulantes quando correspondem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Além dos itens de Precatórios, que se referem aos RPVs autuados em dezembro, os principais componentes do passivo circulante são “Pessoal a Pagar” e “Depósitos Recebidos por Determinação Judicial”, que representam, respectivamente, 6% e 4% do total do Passivo.

Tabela 10 – Passivo Circulante – Composição

	2020	2019	AH	AV
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar	173.543.077,30	127.922.783,91	36%	21%
Pessoal a Pagar	50.149.565,44	86.864.608,56	-42%	6%
Precatórios de Pessoal e Benefícios Previd.	123.326.384,78	40.455.914,49	205%	15%
Encargos Sociais a Pagar	67.127,08	602.260,86	-89%	0%
Fornecedores e Contas a Pagar	136.557,80	646.233,95	-79%	0%
Demais Obrigações a Curto Prazo	31.946.895,31	16.569.622,08	93%	4%
Valores Restituíveis - Depósitos recebidos por determinação judicial	29.053.220,41	13.314.365,97	118%	4%
Demais Valores Restituíveis	370.703,69	405.535,74	-9%	0%
Precatórios de Terceiros	2.507.126,90	2.844.470,37	-12%	0%
Outras Obrigações a Curto Prazo	15.844,31	5.250,00	202%	0%
Total	205.626.530,41	145.138.639,94	42%	25%

Fonte: SIAFI

A rubrica de Pessoal a Pagar representa o valor de salários, benefícios e férias a pagar, sendo esta última o componente de maior valor (87%), devido à apropriação da despesa de férias por competência.

Os Depósitos recebidos por determinação judicial referem-se a devoluções/cancelamentos de requisitórios (Precatórios e RPVs), determinados pelo juiz por algum motivo. Após identificação, os depósitos referentes ao exercício corrente retornam para o respectivo empenho e os demais são recolhidos ao Tesouro.

Também ingressam nessa conta os depósitos para pagamentos de requisitórios de entidades não integrantes do SIAFI.

8) DVP – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

A tabela seguinte demonstra o item “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos”, componente das variações patrimoniais diminutivas (VPDs), com impacto no resultado do exercício.

Tabela 11 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

	2020	2019	AH	AV
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	98.886.708,85	2.565.793,16	3754%	-131%
Perdas Involuntárias	10.012,19	15.502,48	-35%	0%
Incorporação de Passivos	3.857.649.046,41	2.911.007.351,42	33%	-5112%
Desincorporação de Ativos	17.213.472,18	9.768.380,01	76%	-23%
Total	3.973.759.239,63	2.923.357.027,07	36%	-5266%

Fonte: SIAFI

Os percentuais expressivos constantes da rubrica “Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas” referem-se substancialmente à desvalorização no valor de R\$ 97.804.931,21, ocorrida em um imóvel da SJES. Entretanto, o registro deveu-se a um erro no cadastramento dos dados no sistema Spiunet e, em decorrência do mesmo procedimento de atualização, após o devido acerto, foi registrada uma valorização para o mesmo imóvel no valor de R\$ 102.776.523,05.

Na rubrica “Desincorporação de Ativos”, 95% do seu valor provém de baixa das contas de Instalações e de Imóveis em andamento pelo término das respectivas obras, procedimento este que é seguido da atualização dos imóveis no Spiunet, a qual foi demonstrada na Tabela 6.

A “Incorporação de Passivos” decorre da transferência de precatórios e RPVs das unidades devedoras para a Justiça Federal, a quem cabe a realização do pagamento de tais passivos, nos termos da Nota Técnica SPO/CJF nº 001/2019. Segue a composição do saldo desta conta.

Tabela 12 - Incorporação de Passivos – Precatórios e RPVs

Unidade Gestora	Saldo em 31/12/2020
FUNDO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (FRGPS)	1.691.629.913,77
ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO - SENTENÇAS JUDICIAIS (EFU)	345.220.798,57
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL (PSSS)	14.477.571,62
RECOMPOSIÇÃO DE SALDO DE PRECATÓRIOS/RPVs	527.890,00
COORDENACAO-GERAL DE ORC. E FINANÇAS/MP	1.421.270.389,64
FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	63.437.756,51
INSS/DC SETORIAL ORCAMENTARIA	50.282.866,83
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE	69.506.472,80
CNEN-ORCAMENTO E FINANÇAS	65.065.526,37
FUNDACAO IBGE-ADMINISTRACAO CENTRAL/RJ	28.834.041,48
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	26.477.806,28
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	19.505.223,26
FUNDACAO OSWALDO CRUZ	12.674.881,67
DPTO. DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA-DAF - INCRA	9.114.720,42
FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - DF	6.912.802,70
DEPART.NAC.INFRA ESTRUTURA TRANSPORTES.	4.834.060,64
SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS - RJ	4.561.630,91
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	4.071.264,38
BANCO CENTRAL DO BRASIL	3.673.676,17
AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR	3.334.965,12
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL	2.397.037,95
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ESP.SANTO	2.327.110,67
IBAMA - INST.BRASILEIRO MEIO AMBIENTE/MATRIZ	1.361.403,35
DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC. DE SAUDE	1.136.849,33
COLEGIO PEDRO II	985.476,90
UNIRIO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO RJ	835.831,92
COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS	816.956,08
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	691.299,89
AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA	442.417,98
INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL	373.154,32
REITORIA	280.707,70
CENTRO FED.DE EDUC.TECNOL.CELSO S.DA FONSECA	246.049,33
FUNDACAO NACIONAL DE ARTES	101.161,58
INSTITUTO NAC.DE METROLOG. QUALID. E TECNOLOG	89.138,42
AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES	78.816,08
FUNDACAO NACIONAL DO INDIO	71.375,77
TOTAL	3.857.649.046,41

Fonte: SIAFI

9) DVP – Resultado Patrimonial

A apuração do resultado do exercício ou resultado patrimonial provém da confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a unidade e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para a unidade, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

O resultado patrimonial apurado em 31/12/2020 foi deficitário em R\$ 75.688.064,32 e está demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 13 – Resultado Patrimonial

	2020	2019
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	11.926.393.827,87	10.287.429.637,31
Taxas	18.918.837,23	19.154.873,61
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	307.365,19	316.925,84
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	59.871,86	3.450,38
Transferências e Delegações Recebidas	11.568.025.370,79	9.832.271.058,45
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	145.129.012,05	153.280.215,14
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	193.953.370,75	282.403.113,89
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	12.002.081.892,19	10.233.000.465,55
Pessoal e Encargos	1.488.707.578,84	1.540.753.058,13
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	380.295.231,74	351.385.526,54
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	143.111.601,27	191.396.669,76
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	127.527,34	426.513,32
Transferências e Delegações Concedidas	6.013.771.949,76	5.222.690.103,14
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	3.973.759.239,63	2.923.357.027,07
Tributárias	2.029.791,38	2.625.989,73
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	278.972,23	365.577,86
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	(75.688.064,32)	54.429.171,76

Fonte: SIAFI Web

10) BO - Balanço Orçamentário – Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Ocorre que o balanço orçamentário da JF 2ª Região apresenta déficit como resultado orçamentário porque a JF não é um agente arrecadador, mas primordialmente um prestador de serviço público, para cuja prestação executa despesas e realiza investimentos. O ingresso dos recursos necessários à execução das despesas ocorre mediante transferências financeiras da União, conforme demonstrado no balanço financeiro.

O desequilíbrio no saldo da dotação explica-se em parte pelo recebimento de provisões orçamentárias para empenho e pagamento de Precatórios e RPVs, cuja dotação é originalmente consignada no orçamento das entidades devedoras e não na JF2.

Outra parte do desequilíbrio deve-se à estrutura orçamentária adotada na JF. As colunas Dotação Inicial e Dotação Atualizada apresentam apenas a previsão das despesas do TRF2 na lei orçamentária anual (LOA), porém as colunas que refletem a execução da despesa incluem as Seções Judiciárias da 2ª Região, cuja dotação é consignada no orçamento do CJF e, posteriormente, transferida por meio de provisões orçamentárias.

Segue quadro ajustado da execução orçamentária da JF2, para melhor entendimento.

Tabela 14 – Execução Orçamentária da JF- 2ª Região

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	PROVISÕES RECEBIDAS	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPEAS CORRENTES	5.845.977.795,67	5.824.304.903,80	5.683.282.623,89	5.683.274.524,11	21.672.891,87
Pessoal e Encargos Sociais	2.646.654.781,61	2.633.033.271,01	2.603.418.028,77	2.603.418.028,77	13.621.510,60
Outras Despesas Correntes	3.199.323.014,06	3.191.271.632,79	3.079.864.595,12	3.079.856.495,34	8.051.381,27
DESPEAS DE CAPITAL	57.222.615,37	53.610.527,97	37.419.113,80	37.398.724,00	3.612.087,40
Investimentos	34.948.970,00	31.336.882,60	15.695.817,99	15.675.428,19	3.612.087,40
Inversões Financeiras	22.273.645,37	22.273.645,37	21.723.295,81	21.723.295,81	0,00
TOTAL DAS DESPEAS	5.903.200.411,04	5.877.915.431,77	5.720.701.737,69	5.720.673.248,11	25.284.979,27

Fonte: SIAFI

O quadro a seguir demonstra somente a execução orçamentária de Precatórios e RPVs.

Tabela 15 – Execução Orçamentária de Precatórios e RPVs

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	PROVISÕES RECEBIDAS	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPEAS CORRENTES	3.835.172.476,37	3.835.172.476,37	3.709.889.316,66	3.709.889.316,66	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	855.497.356,61	855.497.356,61	834.306.432,48	834.306.432,48	0,00
Outras Despesas Correntes	2.979.675.119,76	2.979.675.119,76	2.875.582.884,18	2.875.582.884,18	0,00
DESPEAS DE CAPITAL	22.273.645,37	22.273.645,37	21.723.295,81	21.723.295,81	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	22.273.645,37	22.273.645,37	21.723.295,81	21.723.295,81	0,00
TOTAL DAS DESPEAS	3.857.446.121,74	3.857.446.121,74	3.731.612.612,47	3.731.612.612,47	0,00

Fonte: SIAFI

11) BF – Despesas Orçamentárias - Dívida Pública

A rubrica de Dívida Pública, dentro das despesas orçamentárias vinculadas, surgiu em 2020 para destacar os valores pagos com os recursos da fonte 44 – Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional, em sua totalidade empregados no pagamento de precatórios.

Tabela 16 - Despesas Orçamentárias

ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	AH	AV
Ordinárias	1.860.689.223,77	3.740.835.503,46	-50%	15%
Vinculadas	4.017.226.208,00	1.185.608.561,35	239%	33%
Seguridade Social (Exceto Previdência)	552.712.000,83	888.261.727,41	-38%	5%
Previdência Social (RPPS)	335.600.000,00	287.500.000,00	17%	3%
Dívida Pública	3.107.412.629,28	-	100%	26%
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	21.501.577,89	9.846.833,94	118%	0%

Fonte: SIAFI

Como demonstra o quadro a seguir, os recursos para pagamento de precatórios, que em 2019 eram provenientes majoritariamente da fonte ordinária 00, passaram a constar em sua maior parte de fontes vinculadas.

Tabela 17 - Fonte de Recursos - Despesas de Precatórios e RPVs

		2020	2019
00	RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	203.424.944,57	1.986.907.926,04
44	TITULOS DE RESPONSABILIDE DO TESOIRO NACIONAL	3.099.065.161,52	
51	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	50.839.986,17	
53	REC.DEST.AS ATIVIDADES-FINS SEGURIDADE SOCIAL	378.282.520,21	888.243.883,14

Fonte: SIAFI

12) BF – Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas

O valor das transferências financeiras recebidas e concedidas retrata o procedimento adotado na JF em relação aos recursos financeiros, conforme demonstrado na figura 3.

A UG orçamentária do TRF2 centraliza o recebimento das transferências financeiras do CJF (transferências recebidas) e as repassa (transferências concedidas) às demais UGs executoras da 2ª Região, que por sua vez registram novamente como transferências recebidas esses mesmos recursos. Quando as demonstrações de todas as UGs são agrupadas/consolidadas, tais valores são inflados.

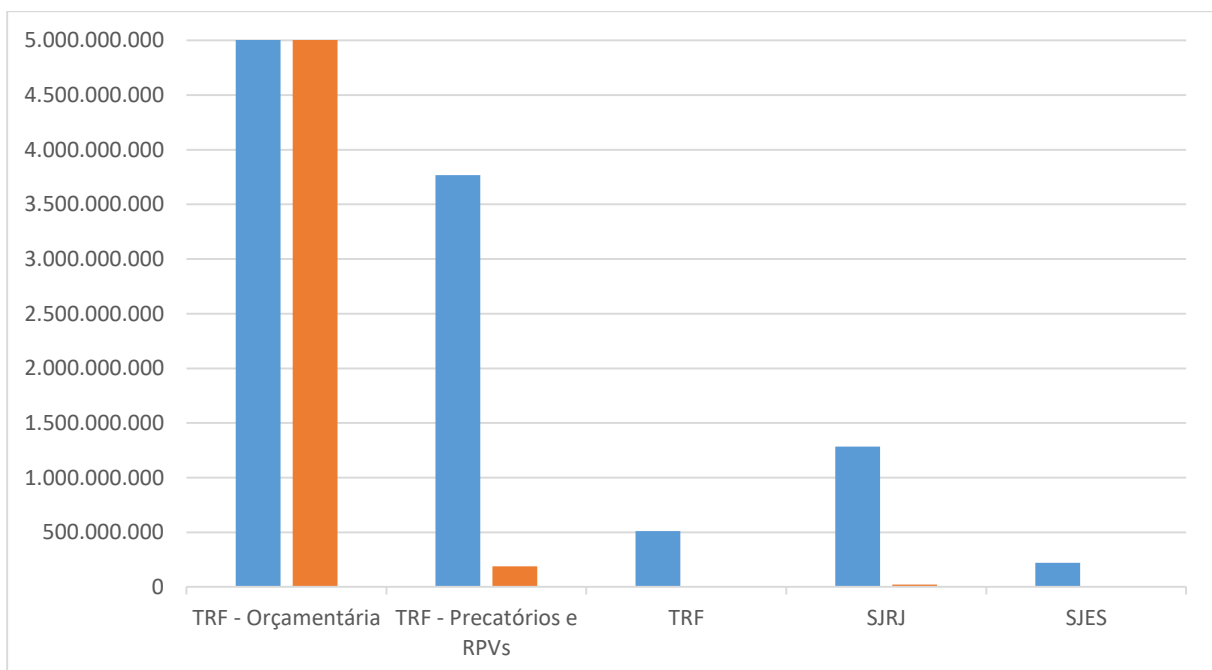
Tabela 18 – Transferências Financeiras

	2020	2019	AH	AV
Transferências Financeiras Recebidas	11.567.622.127,63	9.821.881.085,32	18%	1400%
Sub-repasse Recebido	11.478.616.757,80	9.731.739.822,52	18%	1389%
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	85.424.678,06	86.578.404,35	-1%	10%
Demais Transferências Recebidas	2.308.577,18	1.745.859,70	32%	0%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.272.114,59	1.816.998,75	-30%	0%
Transferências Financeiras Concedidas	6.002.380.661,01	5.220.773.134,21	15%	726%
Sub-repasse Concedido	5.743.300.077,04	4.872.514.334,19	18%	695%
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	42.714.511,82	43.265.147,24	-1%	5%
Demais Transferências Concedidas	1.156.090,93	877.438,44	32%	0%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	215.209.981,22	304.116.214,34	-29%	26%

Fonte: SIAFI

Verifica-se ainda, na figura 3, que o montante de recursos recebidos para pagamento de precatórios e RPVs foi maior que o somatório dos recursos recebidos pela 2ª Região para a realização de seus gastos normais de funcionamento.

Figura 3: Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas na 2ª Região



Fonte: SIAFI Web

13) BF e DFC – Resultado Financeiro e Geração Líquida de Caixa

O resultado financeiro de 2020 foi superavitário em R\$ 21.176.962,18, e sua formação é detalhada na tabela a seguir.

Tabela 19 – Resultado Financeiro

	2020	2019	AH
Receita Orçamentária	0,00	0,00	-
Despesa Paga	5.877.915.431,77	4.926.444.064,81	19%
Resultado Orçamentário (I)	(5.877.915.431,77)	(4.926.444.064,81)	19%
Transferências Financeiras Recebidas	11.567.622.127,63	9.821.881.085,32	18%
Transferências Financeiras Concedidas	6.002.380.661,01	5.220.773.134,21	15%
Transferências Financeiras Líquidas (II)	5.565.241.466,62	4.601.107.951,11	21%
Recebimentos Extraorçamentários	453.591.279,07	449.432.342,94	1%
Pagamentos Extraorçamentários	119.740.351,74	130.706.604,43	-8%
Resultado Extraorçamentário (III)	333.850.927,33	318.725.738,51	5%
Resultado Financeiro do Exercício (I+II+III)	21.176.962,18	(6.610.375,19)	-420%

Fonte: SIAFI

Devido à adoção do Princípio da Unidade de Tesouraria na União, o “Resultado Financeiro” é igual à “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa”, apurada na Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC).

Tabela 20 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

	2020	2019	AH
Atividades Operacionais	62.281.578,05	266.633.303,36	-77%
Atividades de Investimento	(41.104.615,87)	(273.243.678,55)	-85%
Total	21.176.962,18	(6.610.375,19)	-420%

Fonte: SIAFI

As Atividades de Investimento, como a aquisição de bens e realização de obras, apresentam fluxo negativo, pois são financiadas com valores que ingressam no item de Atividades Operacionais.

Outras informações

Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Recursos

Estão demonstrados abaixo os passivos reconhecidos, mas não quitados por motivo de insuficiência de recursos orçamentários e financeiros.

Tabela 21 – Passivos por Insuficiência de Recursos

Conta Contábil	Motivo do registro	Saldo em 31/12/2020
Salários, remunerações e benefícios e PSSS	Despesas de Pessoal	3.493.685,10
INSS-contrib.s/ serviços de terceiros - intra	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes – AJG	4.557,63
Contas a pagar credores nacionais	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - AJG	22.385,27
TOTAL		3.520.628,00

Fonte: SIAFI

Ajustes de exercícios anteriores

Os Ajustes de Exercícios Anteriores compõem a linha “Resultados Acumulados” do Balanço Patrimonial, que também é composta pelo “Resultado do Exercício” e pelos “Resultados de Exercícios Anteriores”. Essas contas registram os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

No quadro a seguir apresenta-se a variação do saldo entre o início e o final do período.

Tabela 22 – Ajustes de Exercícios Anteriores

	Registros
Saldo em 31/12/2019	1.286.390,46
Reclassificação do saldo existente em 31/12/2019 para Superávit ou Déficit acumulados de exercícios anteriores	(1.286.390,46)
Apropriação de Despesas referentes aos Passivos de Pessoal	(8.495.138,57)
Apropriação de Despesas referentes aos Passivos de Despesas Diversas - Fornecedores e diárias	(191.404,60)
Apropriação de Despesas referente aos Passivos de Encargos Sociais, Contribuições Sociais e Benefícios previdenciários.	(297.704,65)
Apropriação de Indenizações e Restituições	(36.938,85)
Bens de capital - Imobilizado - variações diminutivas e aumentativas	(23.613.784,95)
Depreciação e Amortização Acumulada - variações aumentativas e diminutivas	(4.108.262,02)
Créditos a Receber de curto prazo - variação patrimonial diminutiva	(2.551,22)
Apropriação por competência de Adiantamento de férias - variação patrimonial diminutiva	(1.008.328,56)
Saldo em 31/12/2020	(37.754.113,42)

Fonte: SIAFI

Passivos Contingentes / Provisões – decisões judiciais

O Passivo contingente é uma obrigação possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade. O seu reconhecimento se dá em contas de controle.

Os passivos contingentes, de Precatórios e RPs cancelados – Lei 13.463/2017, foram registrados na UG 170013 - SETORIAL ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA / ME, órgão 25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, conforme previsto na macrofunção 02.03.36.

Tabela 23 – Passivos Contingentes

Unidade Executada		2020
SETORIAL ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA / ME	Precatórios	1.575.718.412,97
SETORIAL ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA / ME	RPs	521.140.134,91
TOTAL		2.096.858.547,88

Fontes: CJF e SIAFI Web

A Provisão é um passivo de prazo ou valor incerto. Deve ser reconhecida quando estiverem presentes os seguintes requisitos: exista uma obrigação presente (formalizada ou não) resultante de eventos passados; seja provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços para a extinção da obrigação; e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.

O reconhecimento dos passivos de Precatórios e provisões de RPs reincluídos para 2021 foi realizado diretamente em cada Unidade executada, conforme tabelas seguintes.

Tabela 24 - Provisão de RPs cancelados e reincluídos para 2021

Unidade Executada	2020
FUNDO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (FRGPS)	17.791.598,55
ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO - SENTENÇAS JUDICIAIS (EFU)	5.967.832,31
FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FNAS)	987.858,06
TOTAL	24.747.288,92

Fontes: CJF e SIAFI Web

Tabela 25 - Passivo de Precatórios cancelados e reincluídos para 2021

Unidade Executada	2020
ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO - SENTENÇAS JUDICIAIS (EFU)	40.666.775,56
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS)	5.537.178,23
FUNDO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (FRGPS)	3.059.689,43
BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN)	2.212.931,71
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS (IBAMA)	459.268,84
COLEGIO PEDRO II	379.988,97
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA	358.831,59
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	320.731,84
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA)	194.814,20
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO	143.664,86
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	134.411,32
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	91.421,52
INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO (EMBRATUR)	90.730,71
FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FNAS)	84.820,72
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	71.419,70
FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES	68.473,96
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	67.026,02
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	54.337,90
TOTAL	53.996.517,08

Fontes: CJF e SIAFI Web

O Quadro constante das Notas Explicativas de 2019, que demonstrava o comportamento dos valores de precatórios e RPV cancelados e recolhidos à conta única do Tesouro Nacional em razão da Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017, deixou de ser apresentado devido ao item 5.6.7.1, da macrofunção de encerramento do exercício, 02.03.18, que atribui essa responsabilidade à setorial contábil do Ministério da Economia.

Local	Rio de Janeiro	Data	08/01/2021
Contadora Responsável UGs 090028/090034 / 090048 / 090054	Claudia Cristina de Souza Marques	CRC nº	071150-O-RJ
Contador Responsável UG 090016	Marcelo Corrêa da Silva	CRC nº	084027/O-3-RJ
Contador Responsável UG 090014	Márcio Jerry Marchesi Reis	CRC nº	014586/O-ES